

# Resenhas



LOSURDO, Domenico. *Guerra e Revolução: o mundo um século após Outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2017.

Demian Bezerra de Melo<sup>1</sup>

Nesse ano do centenário da Revolução Russa, a editora Boitempo disponibilizou ao público brasileiro uma das mais importantes contribuições à crítica da historiografia revisionista das revoluções, *Guerra e Revolução*, do filósofo italiano Domenico Losurdo. O livro foi originalmente publicado em 1996 com o título de *Il revisionismo storico: problemi e miti* (Losurdo, 1996), mas recebeu em inglês uma nova edição ampliada em 2015 (Id., 2015), sendo esta a base da edição brasileira, onde constam dois novos capítulos.

Autor conhecido do público brasileiro, a contribuição de Losurdo à crítica da historiografia revisionista ainda é pouco visitada em nosso país. É verdade que o debate propriamente sobre o revisionismo não nos é inédito, como, por exemplo, as críticas demolidoras de Eric Hobsbawm e Michel Vovelle ao revisionismo de François Furet sobre a Revolução Francesa, foi publicada no Brasil em 1996 (HOBSBAWM, 1996; VOVELLE, 2004), ou antes a controvérsia da historiografia alemã (*Historikerstreit*) da década de 1980 em torno à obra de Ernst Nolte sobre o nazismo.<sup>2</sup> Contudo, e aí está a riqueza da crítica de Losurdo, este autor realiza a articulação dessas duas controvérsias historiográficas num grande debate, qual seja, aquele sobre a revolução socialista no século XX, permitindo identificar as enormes afinidades e circulação entre diferentes contextos revisionistas.

---

<sup>1</sup> Professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis).

<sup>2</sup> Os dois artigos que iniciaram essa controvérsia, de Ernst Nolte e Jürgen Habermas, foram publicados no Brasil em *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 25, 1989.

Além disso, Losurdo articula com desenvoltura a historiografia revisionista com o pensamento de autores neoliberais, assinalando as inúmeras semelhanças entre as proposições de Furet, Ernst Nolte, Richard Pipes e autores como Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek. No caso de Pipes, o detrator da Revolução Russa, a menção à von Mises é direta: a atração dos intelectuais pelo anticapitalismo seria um sintoma de sua pouca relevância, mas perigosamente estaria por trás de grandes barbáries no século XX. No entanto, são mais sutis as concordâncias de Furet com Hayek, por exemplo, embora possa ser observada estreita concordância quanto à responsabilização dos “sonhos de engenharia social” no que toca ao surgimento de regimes despóticos, seja no final do século XVIII na França, ou na Rússia soviética do século XX. Nesse terreno, revisionistas e neoliberais se irmanam no esteio burkeano.<sup>3</sup> Em certa medida, Losurdo aponta também para as diferenças entre os historiadores revisionistas e os autores neoliberais, já que estes últimos costumam ser mais extravagantes no espancamento das evidências empíricas. Trata-se assim de uma obra em que o autor é capaz de localizar o lugar da historiografia revisionista no interior do debate intelectual contemporâneo.

Uma ideia permite-lhe articular os revisionismos: o propósito de liquidar a tradição revolucionária, ou melhor, o ciclo revolucionário que vai de 1789 a 1917. O resultado são *desabamentos em cadeia*, ou um “efeito dominó”,<sup>4</sup> em que a desqualificação de eventos como as revoluções francesa e russa colocam em xeque a compreensão de outros processos históricos e percepções políticas contemporâneos: “Sem a Revolução Francesa não se pode compreender o *Risorgimento* italiano, claramente influenciado pelo movimento de 1848, pela experiência napoleônica e, antes ainda, pela Revolução Napolitana de 1799.” (LOSURDO, 2017. p. 14)

Em suma, como entender a via da construção do Estado moderno italiano sem a compreensão do caso clássico de revolução burguesa ocorrido na França no final do século XVIII? A mesma observação pode ser dirigida ao resultado da

---

<sup>3</sup> E não por acaso no início da década de 1982 Furet ajudou a fundar e foi presidente do *think tank Foundation Saint-Simon*, dedicado à defesa da economia de mercado, da crítica ao “totalitarismo” e defesa da democracia representativa.

<sup>4</sup> Como na tradução brasileira.

desqualificação da Revolução Russa de 1917 representados na historiografia por Pipes, Nolte e Furet:

“Por sua vez, a queda do ‘mito’ do Outubro bolchevique lança uma sombra inevitável sobre a Resistência antifascista que se desenvolveu internacionalmente, no âmbito da qual exerceram papel preponderante as forças políticas e sociais explicitamente influenciadas pelo bolchevismo. E uma sombra ainda mais inquietante acaba por envolver o movimento revolucionário anticolonial, desde suas origens estimulado e fortemente condicionado pela agitação e pela presença comunista. Autores que não professam explicitamente o revisionismo, embora possam ser nele enquadrados, saúdam com ardor o ‘revival do colonialismo’: junto ao país nascido da Revolução de Outubro, desmoreram também suas ‘crenças ideológicas’ e o seu ‘cânone sagrado’ de que fazia parte o opúsculo de Lenin dedicado à denúncia do imperialismo” (IBID., p. 15).

Losurdo não se limita a criticar a historiografia revisionista e traz contribuições importantes no que toca à dinâmica da revolução burguesa na Inglaterra, o país pioneiro do capitalismo. Seria necessário entender o processo de transição ao capitalismo como resultando de três revoluções: a Reforma anglicana, a Revolução de 1640 e a chamada Revolução Gloriosa de 1688 (IBID., p. 54-57). Desta, desdobra-se a tese, já conhecida e enunciada por vários autores, da revolução americana em duas etapas (p. ex. MOORE JR., 1983), o processo da Revolução Americana (1776-1783) e a Guerra Civil (1861-1865) respectivamente, seguidas pelo período da chamada Reconstrução (1865-1876), como constitutivos da ordem social capitalista. A ampliação do escopo da análise numa perspectiva mais global poderia permitir a Losurdo entender como a própria expansão colonial inglesa e constituição do sistema escravista colonial foram partes fundamentais desta dinâmica de constituição do capitalismo (p. ex. LINEBAUGH; REDIKER, 2008; WOOD, 2014), mas sua ideia de articular os três processos como constitutivos da revolução burguesa na Inglaterra já é uma contribuição importante.

Além do debate sobre o revisionismo de Furet e Nolte, os dois capítulos incluídos na edição inglesa e brasileira tratam do revisionismo do imperialismo presente na obra de Niall Ferguson e uma resposta ao *Livro negro do comunismo*. Essas duas inclusões enriquecem a obra, pois se no caso do *Livro negro* há uma evidente relação com paradigma histórico anticomunista que é o

cerne da corrente revisionista, no revisionismo do imperialismo evidencia-se uma das principais consequências éticas de tal interpretação ao inscrever no horizonte a normalização da barbárie.

Vejamos os contornos gerais do revisionismo histórico.

Reproduzindo uma espécie de leitura canônica do liberalismo conservador sobre 1789, Furet já desde a década de 1960 cunhou a noção de *dérápage* [derrapagem] para se referir à fase *jacobina* da Revolução Francesa, o chamado período do Terror. No livro que escreveu com Denis Richet em 1965, *Lá Revolution française* os autores apresentaram a tese da *dérápage* para distinguir entre um momento autêntico da revolução, restrita ao paradigma liberal (sistema constitucional, divisão de poderes, ainda sob o reinado Bourbon), e um momento sanguinário, onde o igualitarismo rousseauiano conduziu a revolução a “sair dos trilhos”, “derrapando”. Essa tese absolutamente teleológica se conclui com a noção de que o processo de liberalização da França já havia se iniciado sob o *Ancien Régime*, e que a Revolução devia ser entendida mais como uma espécie de “acidente”.

Em seu livro mais conhecido, *Pensando a Revolução Francesa*, Furet basicamente acusa a historiografia marxista de ter produzido um “catecismo revolucionário”, interditando o estudo imanente da Revolução de 1789 e associando-a indevidamente à Rússia de 1917 (FURET, 1989 [1978]). Tal é o tom do revisionismo furetiano. Além de resgatar a própria condenação contemporânea da Revolução, do *whig* irlandês Edmund Burke, pai do conservadorismo, Furet incorpora a leitura de autores como Benjamin Constant para a censura interna do processo revolucionário, onde são exorcizados os propósitos igualitaristas associados a obra de Rousseau e aos jacobinos. Ora, o interlocutor de Hayek que assinaria embaixo de tal revisionismo de Furet é Jacob Talmon, que vê em Rousseau uma espécie de esquizóide totalitário<sup>5</sup>. O que seria a última obra de Furet, *O passado de uma ilusão* (1995), senão o coroamento desse catecismo liberal escrito ao longo de décadas em livros como

---

5 Para uma crítica interessante por parte de um sofisticado autor liberal, ver Merquior (1990: 38).

*Pensando a Revolução Francesa* (1989 [1978]) e o seu coorganizado (pretensioso e falho em inúmeros aspectos) *Dicionário crítico da Revolução Francesa* (1989)?<sup>6</sup>

Quanto a Nolte, sua leitura de que o extermínio de judeus praticado pelos nazistas seria uma “cópia” da “violência asiática” dos comunistas russos (NOLTE, 1989) inscreve no horizonte a reabilitação do nazismo, ou sua *normalização*, como assinalou Habermas (1989). Nolte parte do pressuposto de que se poderia colocar em pé de igualdade uma ideologia que prega o extermínio de um povo (“raça”) dos judeus com a que prega o fim do capitalismo. Antes de mais nada, vale assinalar que o trabalho nolteano é calcado numa perspectiva que dá às ideias um papel demiurgo do real, e ainda que deva ser observado que as ideologias que conquistam o assentimento das massas devam ser tomadas como forças materiais, uma interpretação de qualquer fenômeno histórico baseada apenas nesse terreno será sempre unilateral. Mas, vejamos alguns dos problemas e fragilidades internas da argumentação nolteana.

Em primeiro lugar por sugerir que, à maneira da crítica burkeana à Revolução Francesa, se deva derivar a violência do regime stalinista do marxismo, um procedimento notadamente idealista e ideológico. Em segundo, há um problema quanto ao mérito da comparação entre uma proposta política que defende o fim de uma relação social (e por suposto da existência das classes sociais que lhe dá suporte) de um determinado modo de produção daquela que defendeu o extermínio físico dos judeus, ciganos e a escravidão dos eslavos.

A leitura de Nolte se baseia numa falácia. Afinal, a transposição da tese nolteana para o século XIX levaria a que o movimento pela abolição da escravatura fosse tomado como “exterminacionista” tal como o nazismo, embora fosse evidente que, pretendendo abolir uma relação social como a escravidão os abolicionistas pretendessem liquidar as classes sociais que lhes são subjacentes, senhores de escravos e os próprios escravos. Comparar a proposta

---

6 Outras críticas ao revisionismo de Furet que confluem nesse mesmo sentido pode ser lidas em Hobsbawm (1996), Vovelle (2004) e Wolfreys (2007). Sobre os problemas do *Dicionário*, o saudoso Ciro Flamarion Cardoso escreveu que Furet teve a “audácia de ignorar de todo a obra de Albert Soboul, um historiador marxista que, pelo contrário e sem dúvida alguma, era um especialista da Revolução Francesa com abundante pesquisa baseada em fontes primárias” (CARDOSO, 2012. p. 48).

de abolição do capital (e da escravidão assalariada que é seu corolário) com o extermínio de judeus é sem dúvida desonesto.

A verdade é que, para Losurdo, o próprio Terceiro Reich pode ser lido como “uma pavorosa onda contrarrevolucionária em relação àquela revolução abolicionista iniciada com o decreto da Convenção jacobina que põe fim à escravatura nas colônias francesas” (LOSURDO, 2017, p. 17). Numa abordagem notadamente influenciada por Lukács de *A destruição da razão* (1959 [1953]), Losurdo entende o regime nazista como “um Antigo Regime ou uma Vedeia de dimensões internacionais” (IBID., p. 18). Oposta a isso, ao buscar equivalência entre revolução e contrarrevolução, comunismo e nazismo, a operação revisionista de Nolte desqualifica a própria noção de revolução, e nisso se encontra no mesmo terreno de Furet.

A desqualificação do conceito de revolução encontra lugar importante na noção de totalitarismo (LOFF, 2014). Recuperando a dinâmica interna da obra da filósofa alemã Hannah Arendt, cujo livro *Origens do totalitarismo* (1949) é um marco importante nessa discussão, Losurdo lembra como nesse livro a autora ainda fazia questão de diferenciar a ditadura revolucionária de Lenin do regime terrorista e totalitário de Stalin, distinção que irá desaparecer em sua obra posterior, *Da Revolução* (1963).<sup>7</sup> Nesse último livro, Arendt vai juntar-se definitivamente à onda revisionista.

Losurdo lembra também como, entre as determinações históricas do fenômeno totalitário presente na obra de 1949 o tema dos massacres coloniais é fundamental. Ora, é justamente o tema colonial e especialmente das lutas anticoloniais que são esquecidas e desqualificadas na historiografia revisionista, certamente pela dificuldade de nesse terreno dá continuidade à desqualificação da tradição revolucionária de 1789-1917. Como é possível, por exemplo, descolar a única revolução de escravos vitoriosa na história da humanidade,

---

7 Esse ponto é emblemático da fase da obra de Losurdo quando escreveu o livro aqui comentado, já que na década de 1990, no contexto de crise e tentativa de refundar o comunismo italiano, tinha uma lavra mais ecumênica em relação à tradição marxista, mencionando, por exemplo, a figura de Leon Trotsky em chave positiva, e pouca disposição de defender Stálin. Uma postura muito distante dessa encontra-se na obra posterior de Losurdo, culminando na hagiografia que escreveu sobre o ex-dirigente soviético. Nesta a liquidação do antigo grupo dirigente do partido bolchevique, entre os quais Trotsky e Bukharin, é referida como uma “terceira guerra civil”. Como bem disse um amigo virtuoso, uma “estranha guerra civil onde só um lado morre”. (LOSURDO, 2010).



aquela realizada em São Domingos (atual Haiti) entre o final do XVIII e início do XIX, e a tradição igualitária jacobina? Como descolar o vasto movimento anticolonialista ocorrido na Ásia e na África no século XX sem contabilizar a influência do chamado à autodeterminação dos povos presentes na obra de Lenin, no apelo para a transformação da guerra imperialista (a Primeira Guerra Mundial) numa guerra civil revolucionária, nas primeiras resoluções da Internacional Comunista a respeito da questão colonial e do próprio papel da URSS no apoio aos movimentos de libertação colonial?

Como demonstra Losurdo, a comparação da questão colonial demole o propósito revisionista de igualar a União Soviética com o Terceiro Reich. A admiração que Hitler tinha para com o modelo do Império Colonial Britânico é em geral recalcado na historiografia revisionista.

“O modelo de Hitler se baseia no império colonial da Inglaterra, cuja função e missão civilizadora ele leva em altíssima consideração: ‘desde o fim do Sacro Império Romano não houve na Europa um Estado superior ao da Inglaterra’. No momento do triunfo do Eixo [1942], Hitler se mostra bastante preocupado com o ‘estado de anarquia que persistirá na Índia quando da partida dos ingleses’; a Ucrânia é o ‘novo Império das Índias’, e seus habitantes, assim como os da Europa oriental em geral, são insistentemente definidos como ‘indígenas’; o *fürher* adverte até mesmo os italianos para que se atenham ao modelo colonial inglês no Egito e na África” (LOSURDO, 2017, p. 120).

Em *Guerra e Revolução* o autor mostra como figuras como Winston Churchill e Henry Ford vinculavam a Revolução soviética a uma suposta “conspiração judaica” (IBID., p. 222). E embora seja um truísmo mencionar que ambos viram com bons olhos à ascensão de Mussolini e Hitler para “conter o comunismo”, e que Ford tenha sido financiador do movimento nazista, tais elementos são comumente negligenciados na historiografia revisionista que prefere encontrar uma suposta “raíz jacobina no comunismo e no fascismo”, como o fazem Furet, Nolte e consortes. Em uma palavra, o que é recalcado na historiografia revisionista é a relação do capitalismo com o fascismo. E como bem disse Horkheimer, “quem não quiser falar de capitalismo deverá também calar-se no que diz respeito ao fascismo”.

*Guerra e Revolução* vem em boa hora no debate intelectual brasileiro e pode ajudar a iluminar outros debates importantes entre historiadores brasileiros,

particularmente aquele centrado nos estudos sobre a ditadura militar. Como campo de batalha, a memória sobre o século XX encontra-se sobre forte ofensiva no *front* revisionista. E como esse “inimigo não cessa de vencer”, será necessário “atizar no passado a centelha da esperança”, pois “nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer” (BENJAMIN, 2012. p. 12).

### Referências bibliográficas

- BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- CARDOSO, C. F. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- FURET, F. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 [1978].
- \_\_\_\_\_. *O passado de uma ilusão*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- FURET, F.; OZOUF, M. (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- HABERMAS, J. Tendências apologéticas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 25, p. 16-27, 1989..
- HOBBSAWM, E. *Dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MERQUIOR, J. G. *Rousseau e Weber*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- LINEBAUGH, P.; REDIKER, M. *A hidra de muitas cabeças*. Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- LOFF, M. Depois da Revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da Revolução. In: MELO, D. B. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- LOSURDO, D. *Il revisionismo storico: problemi e miti*. Roma-Bari: Laterza, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Stálin: história crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- \_\_\_\_\_. *War and Revolution: Rethinking the 20<sup>th</sup> Century*. Londres: Verso, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Guerra e Revolução: o mundo um século após Outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2017.

- LUKACS, G. *El asalto a la Razón*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- NOLTE, E. O passado que não quer passar. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 25, p. 10-15, 1989.
- \_\_\_\_\_. *La Guerra Civil Europea 1917-1945*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- TRAVERSO, E. Interpretar el fascismo. Notas sobre George L. Mosse, Zeev Sternhell y Emilio Gentile. *Ayer*, n. 60, p. 227-258, 2005.
- VOVELLE, M. *Combates pela Revolução Francesa*. Bauru: Edusc, 2004.
- WOLFREYS, J. Twilight Revolution: François Furet and the Manufacturing of Consensus. In: WOLFREYS, J.; HAYNES, M. (orgs.). *History and Revolution: Refuting Revisionism*. Londres: Verso, 2007.
- WOOD, E. M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.